



ENTREVISTA | Daniela Lima
economista aponta as
razões para temer uma
Selic ainda mais alta

NEGÓCIOS

Entre as 100 principais empresas de capital
aberto, 30% têm participação feminina
no Conselho de Administração

RDM

GOVERNANÇA, EMPRESAS & NEGÓCIOS

Brasil S/A

EDIÇÃO DIGITAL ONLINE



ANO XXVIII
NOVEMBRO / 2024
EDIÇÃO 25



PROTEÇÃO AMBIENTAL

**Brasil está entre os cinco países
do G20 com área protegida**

VOCÊ PODE
SER MUITOS.



REINVENTE-SE.

CASA  PRADO

Brasil! Uma nação de agendas

U edição deste mês da RDM Brasil S/A está recheada de assuntos que caminham pela nação. Na economia, o vilão é a Selic, responsável por ser o motor financeiro. No meio ambiente, as mudanças climáticas a COP 29 aponta caminhos, mas o cobertor fica curto diante dos desafios financeiros para cumprir a agenda de 2030.

Na saúde, a cobertura vacinal celebra a erradicação do sarampo. O placar é celebrado com por meio da execução de políticas públicas.

No mundo corporativo, em Mato Grosso, agentes locais movimentaram a cidade para promover o turismo e a gastronomia. E na liderança feminina, um relatório revela o crescimento da participação de mulheres nos conselhos de Administração. Uma nação que busca implementar as práticas de ESG, o toque feminino em grandes corporações é essencial para garantir o cumprimento da cota e de implementar ações que contribuam para o ingresso de mais mulheres no Poder.

Boa leitura!



Hulda Rode, editora-geral

ÍNDICE | Novembro 2024

- 04 | Opinião - Caio Mário da Silva Pereira Neto
- 06 | Bastidores da República
- 08 | Entrevista- Daniela Lima
- 12 | Capa - Maior proteção ambiental
- 06 | Governança
- 06 | Economia
- 06 | Política
- 06 | Justiça
- 06 | Saúde
- 06 | Negócios
- 06 | Carreiras

Entrevista: Daniela Lima, economista-chefe para o Brasil da gestora Kinea, aponta as razões para temer uma Selic ainda mais alta



CEO
João Pedro Marques

DIRETOR PRESIDENTE
Artur Fonseca Dias

DIRETORA EXECUTIVA
Shelvy Pereira

DIRETOR DE REDAÇÃO
João Orozimbo Negrão

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Hulda Rode

EDITOR DE ARTE
Marco Antonio Raimundo

REDAÇÃO
Repórteres: Carolina da Costa Lima e Humberto Azevedo.

CONSELHO EDITORIAL
João Pedro Marques (coordenador), João Negrão (presidente), Shelvy Pereira, Vanessa Moreno e Márcio Brandão do Carmo.

NESTA EDIÇÃO

TFOTO DA CAPA
Divulgação

FOTOGRAFIA
AFP; Fernando Frazão; Klaus Vedfelt/Getty Images; Pedro França/ Agência Senado; Secom-MDS; Sedec-MT; Tania Rego/Agência Brasil e Tony Ribeiro/ TCE-MT

TEXTOS
Comunicação/TCE-MT; Fernanda de Almeida; Humberto Azevedo; Jasmine Olga; Léo Rodrigues; Lucas Podeus León; Nathânia Ortega e Paloma Olivetti

RDM MATO BRASIL S/A NÃO SE RESPONSABILIZA POR MATÉRIAS E ARTIGOS ASSINADOS, QUE NÃO REFLETEM NECESSARIAMENTE A OPINIÃO DA REVISTA. AS MATÉRIAS ESPECIAIS PUBLICADAS NA RDM SÃO DE COLABORAÇÃO DE SEUS AUTORES E CEDIDAS ESPONTANEAMENTE, SEM FINS LUCRATIVOS.

REDAÇÃO:
(65) 3623-1170 / 3622-2310 - redação@revistardm.com.br

COMERCIAL/MÍDIA:
ARTUR DIAS DA FONSECA NETO
(65) 3623-1170 - (65) 99682-1470
midia@revistardm.com.br
comercial@revistardm.com.br

ADMINISTRATIVO CENTRAL
(65) 3623-1170

DISTRIBUIÇÃO/CIRCULAÇÃO
ADEMIR KUHNN GALITZKI

A REVISTA RDM BRASIL S/A
É UMA PUBLICAÇÃO



Regulação de mercados digitais: desafios institucionais à frente

A partir da Tomada de Subsídios nº 1/2024 da Secretaria de Reformas Econômicas (SRE/MF), que contou com participação de diversos segmentos da sociedade, o Ministério da Fazenda divulgou em outubro o relatório “Plataformas Digitais: Aspectos Econômicos e Concorrenciais e Recomendações para Aprimoramentos Regulatórios no Brasil”. O relatório traz não apenas um diagnóstico, como também uma proposta com sugestões para a implementação de uma política pública voltada a promover a concorrência no ambiente digital brasileiro.

Até então, a discussão no Brasil estava limitada ao Projeto de Lei 2.768/2022, explicitamente inspirado no Digital Markets Act (DMA) da União Europeia, em trâmite na Câmara dos Deputados. No entanto, como já tive oportunidade de discutir em outra oportunidade, esse projeto de lei é superficial e gera significativa incerteza ao propor a atribuição da Anatel como órgão regulador de plataformas digitais, conferindo-lhe competências amplas e uma considerável dose de discricionariedade, sem balizas concretas para o seu exercício. Ademais, a proposta em trâmite no Congresso não leva em consideração as especificidades brasileiras, nem os desafios enfrentados pela própria União Europeia na implementação desse tipo de regulação.

Nesse contexto, o relatório do Ministério da Fazenda é um passo importante para um debate mais profundo, que entenda as nuances da regulação ex ante (aqui considerada como obrigações impostas aos entes regulados, independentemente de prévia condenação por uma infração) num mercado dinâmico e inovador, propondo possíveis caminhos a serem seguidos no Brasil.

De uma perspectiva institucional, o relatório traz algumas propostas bastante concretas, das quais ressalto as cinco principais.

Primeiro, o Ministério da Fazenda sugere que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) seja o órgão responsável pela regulação concorrencial de plataformas digitais. Essa proposta é bastante razoável, além de mais adequada do que a escolha da Anatel como reguladora, conforme consta do PL 2.678/2022. A proposta segue a linha adotada em outras jurisdições experientes em regulação econômi-

ca, como a Alemanha, o Reino Unido e o Japão. No contexto brasileiro, o Cade é o órgão com mais experiência em questões concorrenciais em mercados digitais, podendo se valer dessa experiência para uma atuação ponderada e refletida sobre esses mercados. O Cade também possui um histórico relevante no desenho de obrigações comportamentais específicas para lidar com questões concorrenciais (os chamados “remédios concorrenciais”) — obrigações estas que serão o núcleo do “novo instrumento para a promoção da concorrência” abordado abaixo. Não bastasse isso, a dinâmica de plataformas digitais é distinta de mercados tradicionais de telecomunicações, distanciando-se dos desafios de infraestrutura tipicamente enfrentados pela Anatel. Finalmente, o fato de o Cade ser um órgão de atuação transversal na economia, com ação sobre diversos setores, permite-lhe ter uma posição mais neutra em

“O relatório do Ministério da Fazenda é um passo importante para um debate mais profundo, que entenda as nuances da regulação ex ante (aqui considerada como obrigações impostas aos entes regulados, independentemente de prévia condenação por uma infração) num mercado dinâmico e inovador, propondo possíveis caminhos a serem seguidos no Brasil”

relação às plataformas reguladas e estar menos sujeito à captura.

Em segundo lugar, o relatório indica uma ampliação material das competências do Cade e a criação de um “novo instrumento para promoção da concorrência”, que permitiria ao órgão impor obrigações substantivas a certas “plataformas digitais de relevância sistêmica”, independentemente da prática de uma infração ou de qualquer ato de concentração econômica. Essa talvez seja a proposta mais ousada de todo o relatório e que ainda precisa de contornos mais definidos. Alguns pontos dessa proposta merecem destaque. Primeiro, de maneira salutar, a proposta traz mais flexibilidade do que a estratégia utilizada no DMA da União Europeia, evitando uma lista rígida de obrigações autoexecutáveis e aplicáveis a todas as plataformas designadas como de “relevância sistêmica”. Ou seja, caso acolhida a proposta, após a etapa de designação das plataformas relevantes, o Cade deveria definir obrigações substantivas específicas, caso a caso. Porém, ainda não está claro se a proposta sugere ampla discricionariedade do Cade para a imposição de um leque aberto de medidas regulatórias ou se haveria uma delimitação mais precisa das possíveis obrigações comportamentais a serem impostas, baseada em alguma lista pré-definida (algo similar à estrutura do artigo



Caio Mário da Silva Pereira Neto é professor de Direito Econômico da FGV Direito SP. Bacharel em Direito pela USP, mestre (LL.M.) e doutor (JSD) pela Yale Law School. Advogado em São Paulo

19(a) da Lei de Defesa de Concorrência alemã). Nesse ponto, parece razoável pensar em alguma delimitação mais precisa das possíveis obrigações, estabelecendo alguns limites ao espaço de discricionariedade da autoridade. Isso pode trazer mais segurança jurídica e previsibilidade, sem uma rigidez excessiva.

Ainda sobre este ponto, o relatório traz uma importante sugestão de que, nesse processo regulatório de imposição de obrigações substantivas, a empresa designada possa trazer “defesas de eficiência” e demonstrar que o comportamento questionado é “objetivamente justificado”. Essa ponderação permite uma discussão material sobre a prática objeto de preocupação, antes da imposição de obrigações regulatórias, criando um processo decisório capaz de incorporar a consideração de eficiências benéficas aos usuários.

Em terceiro lugar, para aplicação deste novo instrumento regulatório, o relatório propõe uma mudança organizacional, com a criação de uma unidade especializada dentro do Cade. Esse ponto parece fundamental. Como se sabe, a atual estrutura do Cade é voltada para a aplicação da Lei de Defesa da Concorrência, tanto na análise de condutas potencialmente anticompetitivas quanto na análise prévia de atos de concentração econômica. Usar a mesma estrutura institucional para uma atividade de regulação seria um equívoco, pois poderia gerar impactos negativos tanto para a atividade atual do Cade (e.g., atrasando o andamento dos processos) quanto para as novas atividades regulatórias, que dependem de conhecimentos específicos e de uma atenção dedicada. Assim, caso a proposta avance, seria importante que qualquer nova atribuição venha acompanhada da criação dessa unidade especializada e da alocação de pessoal com capacitação específica para essa atividade. Isso poderia ser implementado por meio de uma nova Superintendência de Mercados Digitais dentro do Cade, por exemplo. De qualquer forma, seria recomendável que essa nova unidade especializada continuasse submetendo as suas decisões regulatórias ao Tribunal do Cade. O órgão colegiado deveria ser responsável pela posição final sobre processos de designação de plataformas de “relevância sistêmica”, processos de imposição de obrigações substantivas a essas plataformas e processos de apuração de descumprimento dessas obrigações. A concentração das

decisões finais no tribunal traria unicidade para a definição da política de defesa da concorrência e ao mesmo tempo maior ponderação, tendo em vista a participação dos diversos conselheiros, com formações e experiências distintas e complementares. Teria também a vantagem de utilizar o aprendizado decorrente do julgamento de processos de condutas anticompetitivas e de atos de concentração econômica para a nova atividade regulatória, exigindo a manutenção de coerência entre os diferentes tipos de atuação do Cade e a criação de uma cultura de precedentes.

Em quarto lugar, há a sugestão de fortalecimento do instrumento de estudos de mercado realizados pelo Cade. Trata-se de medida ainda pouco detalhada no relatório. O Ministério da Fazenda parece estar sinalizando que o Cade deveria se debruçar, espontaneamente ou por provocação de terceiros, de forma ampla, sobre a análise de mercados, independentemente da identificação de posição dominante, de infrações concorrenciais ou de atos de concentração específicos. O Cade já tem feito alguns estudos de mercado (vide, por exemplo, os estudos feitos sobre o mercado de mobilidade urbana e a entrada de aplicativos) e já tem poderes de solicitar informações, no âmbito de sua função de advocacia da concorrência, em que atua para ampliar os espaços de competição (geralmente, mediante a sugestão de medidas a serem adotadas por outros órgãos reguladores, sem compulsoriedade). Portanto, a questão central seria definir quais as consequências efetivas da proposta de ampliação dos poderes da autoridade em estudos de mercado. De acordo como relatório, o Cade poderia sugerir medidas a reguladores setoriais ou tomar as conclusões como base para iniciar processos regulatórios específicos no âmbito da recém-proposta ferramenta pró-competitiva, com foco em plataformas digitais de relevância sistêmica. No entanto, nesse ponto, o relatório também faz referência a jurisdições como Reino Unido e México, onde os estudos de mercado que identificam problemas estruturais podem ensejar a intervenção direta das autoridades concorrenciais, com vistas a alterar o mercado como um todo, com intervenções abrangentes (por exemplo, a autoridade concorrencial do Reino Unido usou esses poderes para reestruturar o mercado de aeroportos na região de Londres). A meu ver, a criação desse tipo de ferramenta de intervenção ampla deve ser precedida de debates mais profundos, que deem conta de preocupações similares àquelas apontadas acima sobre a amplitude da discricionariedade da autoridade.

Em suma, o relatório da SRE/MF representa um avanço no debate sobre a regulação de plataformas digitais, que ainda se encontra em estágio inicial no cenário brasileiro. Suas contribuições, tanto em termos de diagnóstico quanto de propostas, ensejam importantes reflexões. A implementação de suas recomendações, entretanto, ainda depende de significativo aprofundamento e de uma transformação das sugestões conceituais em uma proposta normativa concreta. Evitando colocar o carro na frente dos bois, vale reconhecer o mérito do trabalho do Ministério da Fazenda pelo que ele é: não um ponto de chegada, mas um importante pontapé inicial, mais refletido e sofisticado do que tínhamos até agora, mapeando desafios e propondo uma direção para o debate. E isso não é pouco. Mas daqui para frente, os detalhes importam muito. ●

Gilmar Mendes, concede título de doutor honoris causa a Rodrigo Pacheco por defesa intransigente da democracia

O Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), ligado ao ministro **Gilmar Mendes** do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu o título de doutor honoris causa ao senador **Rodrigo Pacheco** (PSD-MG) – presidente do Congresso Nacional desde 2021 – por sua defesa intransigente da democracia brasileira nos momentos “mais críticos da nossa história recente”. Na oportunidade, o ministro da Suprema Corte pontuou que a atuação do senador mineiro à frente do Congresso Nacional “demonstrou que a intransigência com os valores democráticos não significa radicalização ou intemperividade”, ao mesmo tempo que demonstrou “que a razão política mineira não é uma relíquia do passado, mas um instrumento vivo e eficaz de construção democrática”.



Divulgação



STF mantém penas de Fernando Collor por participação em esquema de corrupção na BR Distribuidora

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria de votos, manteve a pena de oito anos e dez meses, em regime inicial fechado, a que o ex-senador Fernando Collor de Mello foi condenado por participação em esquema de corrupção na BR Distribuidora. Para o Tribunal, não houve nenhuma omissão ou obscuridade na decisão que o condenou.

A defesa de Collor alegava que a pena imposta a ele pelo crime de corrupção não correspondeu ao voto médio discutido em plenário. No julgamento do recurso, prevaleceu o entendimento do ministro Alexandre de Moraes, para quem a alegação não procede.

Valdemar vê “cenário favorável para 2026” após vitória de Trump nos EUA

O presidente nacional do PL, **Valdemar Costa Neto**, expressou otimismo em relação às perspectivas eleitorais de 2026, citando a ascensão de líderes conservadores em nível global como fator positivo. “O momento é histórico, revela ascensão e permanência da direita no mundo. Cenário favorável para 2026”, disse Valdemar ao jornal O Globo em referência à eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos.

Para ele, a vitória de Trump nas eleições presidenciais dos Estados Unidos em 2024 é um reflexo de uma tendência global à direita e a vitória do candidato republicano fortaleceria a posição deste campo político internacionalmente, o que poderia beneficiar o PL nas eleições brasileiras de 2026.



Divulgação



Emendas parlamentares: Senado aprova texto-base

O Senado aprovou no dia 13 de novembro, o texto-base do projeto que regulamenta o pagamento de emendas parlamentares. Foram 46 votos favoráveis, 18 contrários e uma abstenção. Por acordo, os senadores decidiram adiar a votação dos destaques [pedidos de mudança] apresentados à proposta do relator, senador Angelo Coronel (PSB-BA), que é um substitutivo ao texto aprovado pela Câmara dos Deputados na semana passada (PLP 175/2024). O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, suspendeu a sessão e informou que a nova data para concluir a votação deverá ser decidida em reunião de líderes agendada para esta quinta-feira (14).



Pedro França/Agência Senado



Divulgação

Lula se reúne com ministros para possíveis mudanças no empréstimo consignado

A discussão acerca da implementação do empréstimo consignado privado com base no FGTS segue como pauta central no governo do presidente **Luiz Inácio Lula da Silva**. Uma reunião recente no Palácio do Planalto, convocada por Lula, com a participação dos ministros Luiz Marinho e Fernando Haddad, reforçou a importância de repensar as modalidades de acesso ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. A ideia de

transformar o modelo atual do FGTS tem gerado debates intensos. Essa medida é vista como uma alternativa ao saque-aniversário, modalidade instaurada em 2019 que permite aos trabalhadores retirarem anualmente uma fração de seus saldos. O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, critica essa prática, argumentando que ela enfraquece programas habitacionais.

Pacote fiscal robusto pode não ser suficiente para segurar Selic abaixo de 12,5%

Em entrevista, Daniela Lima, economista-chefe para o Brasil da gestora Kinea, aponta as razões para temer uma Selic ainda mais alta

Por **Jasmine Olga**

A decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) passou longe de pegar o mercado de surpresa. Por semanas, os economistas já projetavam um aumento de 0,50 ponto percentual, levando a taxa básica de juros para 11,25% ao ano.

Como era esperado, o colegiado cutucou o governo ao cobrar uma “apresentação e execução de medidas estruturais para o orçamento fiscal” e apontou que o momento de incerteza tem pesado sobre o prêmio de risco de forma relevante — não à toa, o dólar chegou a encostar nos R\$ 5,86 na semana passada.

Sem se comprometer com o futuro, o Banco Central deixou a porta aberta para uma aceleração na alta dos juros — e nem mesmo o tão prometido pacote de contenção de gastos prometido pelo governo pode ser capaz de segurar a Selic. Pelo menos é isso que pensa Daniela Lima, economista-chefe para o Brasil da Kinea, gestora com mais de R\$ 130 bilhões sob gestão.

“Acreditamos que o Lula irá trazer um pacote importante de controle de gastos, mas temos dúvidas se isso será o suficiente para acalmar o mercado e o câmbio. Não temos uma previsão de estabilidade de dívida. O governo continuará

usando o BNDES para fazer política pública em um momento de economia aquecida e inflação alta”, pondera a economista.

A economista aponta as razões pelas quais a Selic pode ir além dos 12,50% hoje precificados pelo mercado e como o pacote fiscal que está sendo costurado em Brasília pode ser insuficiente para acalmar os ânimos.

Quais foram as suas primeiras impressões sobre a decisão e o comunicado do Copom?

Daniela Lima: A decisão de subir os juros em 0,50 ponto

**Daniela Lima,
economista-chefe
para Brasil da Kinea**



percentual já era amplamente esperada por nós e pelo mercado. Eu já esperava um comunicado que fosse quase uma cópia do anterior, principalmente pela falta de direção sobre os próximos passos. Eu destacaria duas coisas importantes.

A primeira delas é que o BC apertou o tom com relação ao fiscal. Ele já vem fazendo isso há alguns comunicados. Desta vez eles apertaram um pouquinho o tom, talvez até por conta do pacote de medidas que está sendo gestado pelo Ministério da Fazenda. Eles falaram mais do que apenas “as políticas fiscais impactam a política monetária via estímulo de demanda e os prêmios dos ativos”. Eles reafirmaram a importância de ter uma política fiscal crível e comprometida”.

A novidade veio com a frase “com a apresentação e execução de medidas estruturais para o orçamento fiscal”. Eu achei essa parte bastante relevante pelo timing. O BC mostra para o governo a importância das medidas estruturais para garantir a execução orçamentária e o controle das contas públicas.

Outro ponto que eu destacaria é um trecho que não mudou com relação ao último comunicado, mas parte do mercado achava que poderia mudar: a sinalização em relação aos passos futuros.

O que isso pode significar?

Parte do mercado achava que eles poderiam se comprometer com o ritmo de 0,50 p.p. Como eles não estão, a porta fica totalmente aberta. Pode-se pensar que ou continua neste ritmo ou acelera se as condições do câmbio continuarem pressionadas, indo para um ajuste 0,75 p.p.

Acreditamos que os juros podem subir mais do que esperamos hoje [12,5%]. Se o câmbio continuar no patamar de R\$ 5,80 ou R\$ 5,90, a porta aberta pode aumentar a probabilidade de 0,75 p.p na próxima reunião.

O Copom sinaliza que as perspectivas para as contas públicas estão pesando sobre o prêmio de risco dos ativos “de forma relevante” e, na sequência, cobra um plano crível para o Orçamento. Para quem foi a puxada de orelha? Para o governo que ainda não apresentou o pacote cobrado pelo mercado ou a precificação excessiva sobre os ativos?

Essa é uma boa pergunta. O Banco Central é um tomador de preços. Ele pega as informações, as incorpora e toma a melhor decisão. O fiscal afeta essa decisão de duas formas. A primeira via estímulo de demanda, se os gastos públicos estão neutros, expandindo ou contractionista. Essa é uma forma que a política fiscal afeta o Banco Central.

“Acreditamos que o Lula irá trazer um pacote importante de controle de gastos, mas temos dúvidas se isso será o suficiente para acalmar o mercado e o câmbio. Não temos uma previsão de estabilidade de dívida. O governo continuará usando o BNDES para fazer política pública em um momento de economia aquecida e inflação alta”, pondera a economista

A segunda forma é via prêmio de risco. Se existe uma percepção de risco maior no mercado, isso afeta ativos como o câmbio, que por sua vez tem impacto na inflação e na projeção de inflação.

Acho que a preocupação do Banco Central é nas duas frentes. Temos uma política fiscal expansionista e a nossa moeda tem piorado de desempenho frente aos seus pares emergentes.

No fundo, o mercado é formado por pessoas que têm ideias e convicções diferentes e temos um preço médio em relação a isso. Se todo mundo do mercado achasse que o fiscal explodiu, o câmbio não estava

em R\$ 5,80, ele estaria muito mais.

O pacote de contenção de gastos prometido pelo governo pode ser capaz de alterar essa trajetória?

A Kinea tem uma visão um pouco diferente da do mercado. Na nossa visão, o Lula deve aceitar um pacote importante para controle de gastos. E por que disso? Tem dois grandes motivos.

Primeiro, o Lula quer o investment grade [grau de investimento dado por agências de risco internacionais]. Não é usual presidentes da república procurarem agências de rating. A lógica normalmente não é essa, mas dessa vez foi diferente.





Ele foi atrás, pediu a reunião, prometeu alguma coisa e conseguiu a melhora da nota do país.

Temos um pacote de medidas que têm potencial de trazer uma economia relevante no longo prazo. A dúvida que surge é justamente se poderá acalmar o mercado.

Temos dúvida de que isso acontecerá. O mercado continuará questionando a disposição do governo em cumprir o arcabouço fiscal. No governo Lula, iremos ver um crescimento da dívida de 13 p.p. É muito alto.

E por mais que o governo esteja preparando esse pacote, há discussões sobre uma reforma do imposto de renda, que espera-se que seja neutra do ponto de vista fiscal, mas pode não ser. Fora os gastos para-fiscais, o uso de recursos de fundos e o objetivo de dobrar o desembolso do BNDES em 2026.

Por mais que a gente acredite que o pacote pode surpreender o mercado, ele irá continuar cauteloso. O que nos deixa dependente do investidor internacional.

Em outros momentos de estresse do câmbio já vimos o BC atuando para conter a escalada. Isso não tem acontecido agora, mesmo que o tom do comunicado mostre uma grande preocupação com a desvalorização da moeda. Qual sinal isso passa?

O Banco Central sempre diz que irá atuar quando ele vir alguma disfuncionalidade técnica no mercado do câmbio e hoje não vemos isso. O câmbio está piorando por fundamento, porque ele tem razão para estar piorando, seja porque às vezes lá fora o dólar está mais forte ou porque aqui aumentou o prêmio de risco. Não há uma questão técnica.

Após a decisão, qual cenário a Kinea trabalha para a Selic?

Acreditamos que o BC seguirá com um ritmo de 0,50 p.p e depois 0,25 p.p, terminando em 12,5% ao ano. Há um risco de ele acelerar e termos um juro terminal maior. E eu digo isso justamente por conta do câmbio. No fundo, estamos muito

dependentes de onde ele irá parar. Se tivermos um pacote fiscal que traga previsibilidade e sobrevida ao arcabouço, além de um maior interesse dos estrangeiros no país, o plano de voo pode seguir como está e terminar em 12,5%.

O que pode resultar em uma Selic terminar maior e prolongada por mais tempo?

Hoje projetamos uma inflação maior do que a do mercado. Ela deve terminar esse ano em 5% e em 2025 em 4,9%. Em cima disso tudo, não estávamos trabalhando com um câmbio de R\$ 5,80. Nesse caso o viés é maior.

Hoje o BC piorou as projeções de inflação e o modelo dele sempre é mais conservado. Aqui na Kinea, nós vemos os núcleos da inflação batendo 6% no começo do próximo ano — é o nosso ponto de divergência do mercado. É muito acima do teto da meta.

No cenário internacional, o BC cita que o ambiente é desafiador para países emergentes. Como vocês enxergam o impacto do exterior na política monetária brasileira?

A eleição de Trump deixa algumas dúvidas. Para nós, isso significa mares internacionais mais turbulentos. Nos questionamos até que ponto o Federal Reserve irá cortar os juros. Temos uma economia americana crescendo acima do potencial, inflação levemente acima da meta e o Trump, que propõe medidas inflacionárias.

Normalmente o Fed reage mais aos fatos do que promessas políticas, mas nos perguntamos até onde eles podem ir. As tomadas de decisões do Fed e o cenário Trump importa à medida que ele impacta o Real. Ele também tende a comprar algumas brigas com países emergentes, o que pode tornar tudo mais volátil. ●

Brasil está entre países do G20 com maior proporção de área protegida

País protege 26,7% de áreas marinhas e 30,6% de território terrestre

Por **Léo Rodrigues**

O Brasil está entre os cinco países do G20 com iniciativas de proteção ambiental que abrangem as maiores proporções de seus territórios. A constatação vale para ecossistemas terrestres e também marinhos. É o que aponta o novo volume da coleção de estudos Criando Sinergias entre a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e o G20, divulgado no dia 14 de novembro pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A publicação dedica-se à temática do meio ambiente. Entre outras fontes, foram utilizados dados disponíveis na Base Global de Indicadores de Desenvolvimento Susten-

tável, da Organização das Nações Unidas (ONU). De acordo com o IBGE, o estudo foi desenvolvido com o objetivo de fornecer subsídios às discussões sobre a pauta ambiental, mais especificamente no que diz respeito à conservação e gestão do meio ambiente, no âmbito do G20.

A Agenda 2030 foi estabelecida pelo 193 Estados-Membros da ONU na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável ocorrida em 2015. Ela fixou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Cada um deles se desdobra em um conjunto de metas.

O estudo do IBGE analisa indicadores relacionados com os objetivos 6 (manejo sustentável da água e

garantia de saneamento para todos), 14 (conservação e uso sustentável dos mares e oceanos) e 15 (proteção e uso sustentável dos ecossistemas terrestres). A iniciativa busca contribuir com os debates promovidos pela presidência brasileira no G20.

O país ocupa o posto pela primeira vez desde 2008, quando foi implantado o atual formato do grupo, composto pelas 19 maiores economias do mundo, bem como a União Europeia e mais recentemente a União Africana. O ápice das discussões ocorrerá nos próximos dias 18 e 19 de novembro, na Cúpula dos Líderes do G20, encerrando a presidência brasileira. O país será sucedido pela África do Sul.

Os dados reunidos no estudo do





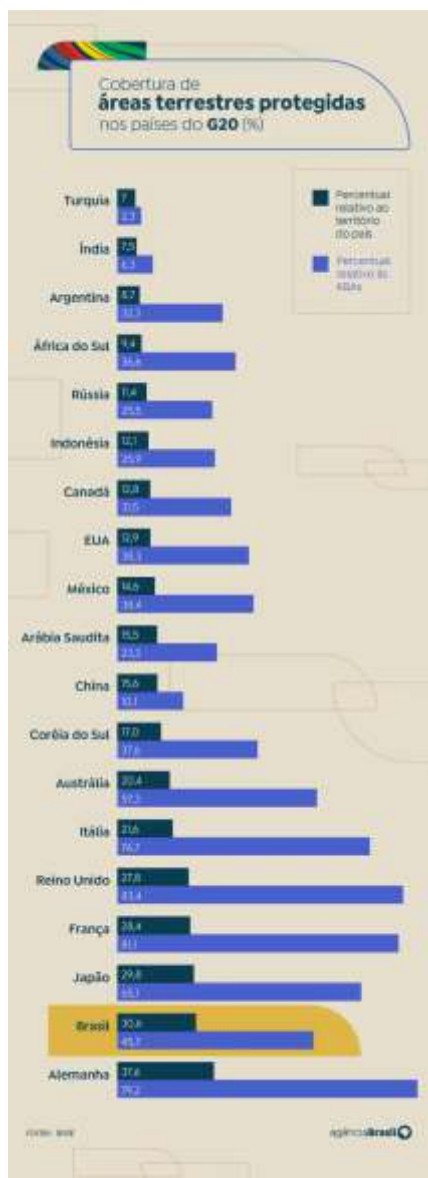
IBGE são referentes a 2023. O estudo aponta a possibilidade de analisar a proteção ambiental a partir de duas abordagens. A primeira considera o percentual das áreas protegidas diante da área total daquele ambiente existente no país. Na segunda, o percentual é calculado em relação aos chamados Sítios Importantes para Biodiversidade (na sigla em inglês, Key Biodiversity Areas - KBAs), que representam locais de importância singular para as espécies do planeta.

No Brasil, as áreas protegidas integram o Sistema Nacional de

Brasil está entre países do G20 com maior proporção de área protegida

Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), estabelecido pela Lei Federal 9.985/2000. Os dados de 2023 indicam que elas representam 30,6% do território terrestre do país. Esse percentual coloca o Brasil na segunda posição no ranking do G20, que é puxado pela Alemanha (37,6%). Já as últimas posições são ocupadas por Índia (7,5%) e Turquia (7%).

De outro lado, quando se considera a proporção de área protegida diante dos KBAs, o Brasil (45,7%) cai para a sétima posição. Nesse ranking, os líderes são Reino Unido



e reúnem aproximadamente dois terços da população do planeta. O estudo reúne ainda outras informações como área florestal total de cada país do G20 e, no caso do Brasil, a desagregação dos dados por biomas.

TERRITÓRIO MARINHO

Segundo a publicação do IBGE, o Brasil protege 26,7% de seu território marinho. Apenas França (49,8%), Alemanha (45,5%), Austrália (44,3%) e Reino Unido (44,1%) possuem percentuais melhores. Os dados mostram o Brasil como líder no quesito entre os países da América que compõem o G20.

O estudo cita que as unidades de conservação marinhas contribuem para recuperar estoques pesqueiros, aumentar o potencial de produção da pesca, regular o clima, reciclar nutrientes e proteger a costa da erosão acelerada. Outro destaque é que a posição do Brasil foi impulsionada em 2018. Nesse ano, foi decretada a criação da Área de Proteção Ambiental do Arquipélago de Trindade e Martim Vaz, no Espírito Santo, e do Monumento Natural do Arquipélago de São Pedro e São Paulo, em Pernambuco. São os dois maiores conjuntos de unidades de conservação marinha do Brasil.

O país mantém a mesma quinta posição no ranking de proteção em relação aos KBAs marinhos. Nesse caso, o Brasil registra percentual de 71,7%, atrás do Reino Unido (84,2%), França (80,9%), Alemanha (80,8%) e Itália (78,3%). O IBGE chama a atenção para o fato de que o país está à frente de outros onde os territórios marinhos têm importância significativa para distribuição global das espécies, como Japão (66,5%), Austrália (65,6%), África do Sul (52,7%), Argentina (43,6%), Coreia do Sul (38,7%) e Indonésia (25,7%).

(83,4%), França (81,1%), Alemanha (79,2%) e Itália (76,7%).

Apesar das iniciativas de proteção ambiental, o Brasil aparece entre os países do G20 que mais perderam cobertura florestal nas últimas duas décadas. O estudo levantou as taxas anuais em dois períodos: entre 2000 e 2015 e entre 2015 e 2020. No primeiro deles, o país perdeu áreas verdes em uma média de 0,6% ao ano. No segundo período, nota-se uma desaceleração no ritmo de redução da cobertura florestal. De 2015 a 2020, a taxa caiu para 0,29% ao ano. Nesse último

período, China (0,9%) e Itália (0,57%) apresentaram os maiores incrementos na sua área verde, enquanto Indonésia (-0,62%) e Argentina (-0,36%) foram os países com os maiores decréscimos.

O estudo considerou os dados de todos os 19 países que integram o G20: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, Turquia. Os integrantes do grupo representam cerca de 85% da economia mundial



SEU MELHOR
ESTILO ESTÁ EM
**PORTO
VELHO**



CASAPRADO.COM.BR



CASA  PRADO

PORTO VELHO SHOPPING



Transparência pública avança no Brasil

Os números foram apresentados durante IX Encontro Nacional dos Tribunais de Contas pelo coordenador nacional do Programa e ouvidor-geral do TCE-MT, conselheiro Antonio Joaquim

Por **Comunicação TCE-MT**

O número de portais públicos que foram certificados pelo Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP) passou de 1.318 em 2023 para 1.800 este ano, o que representa um crescimento de 36,5%. O índice demonstra o avanço da Lei da Transparência no Brasil, impulsionado pelo PNTP, que estabe-

lece critérios rigorosos na concessão dos certificados, que são classificados entre prata, ouro e diamante. Os números foram apresentados pelo coordenador nacional do Programa e ouvidor-geral do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), conselheiro Antonio Joaquim, no dia 13 de novembro, durante o IX Encontro Nacional dos Tribunais de Contas

(ENTC), em Foz do Iguaçu (PR).

Na ocasião, Antonio Joaquim destacou a importância de eventos como o ENTC não só para os servidores dos tribunais de contas do país, mas para a sociedade como um todo. “Os tribunais de contas têm a função de melhorar a vida das pessoas e a qualidade dos serviços públicos. Encontros como estes são oportuni-



O IX Encontro Nacional dos Tribunais de Contas (ENTC) foi realizado em Foz do Iguaçu (PR)

Fotos: Divulgação

Coordenador nacional do Programa e ouvidor-geral do TCE-MT, conselheiro Antonio Joaquim



“Os tribunais de contas têm a função de melhorar a vida das pessoas e a qualidade dos serviços públicos”, disse o Coordenador nacional do Programa e ouvidor-geral do TCE-MT, conselheiro Antonio Joaquim

dades de engrandecimento das nossas competências. E foi neste sentido que criamos o Programa Nacional de Transparência Pública, o qual eu tenho a honra de coordenar, como também o Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC), que avalia o nosso serviço e foi lançado quando eu estava à frente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon)."

Conforme o conselheiro do TCE-MT, o objetivo é que o PNTP se torne uma ferramenta de disseminação de informações para as mais diferentes áreas do conhecimento. "Meu sonho é que esse programa seja referência

para todas as universidades do Brasil, para acadêmicos, cientistas, pesquisadores, imprensa, enfim, todos que queiram saber mais sobre gestão pública no Brasil. Que estas pessoas busquem no Programa Nacional de Transparência, porque não há nem de perto qualquer instituição que possa oferecer um programa com a qualidade, com o nível de informação, com a reputação que nós estamos oferecendo para o país", pontuou.

OPNTP

Realizado pela Atricon, pelo TCE-MT, Tribunal de Contas da União (TCU) e outros parceiros, o PNTP busca padronizar e fiscalizar a transparência de Poderes e órgãos públicos em todo o país. Suas estratégias incluem divulgar critérios nacionais de transparência, avaliar periodicamente o cumprimento desses critérios, conceder um Selo de Qualidade em

Transparência Pública e divulgar os resultados no Radar da Transparência Pública.

"Parablenzo o presidente do TCE-MT, conselheiro Sérgio Ricardo, porque hoje, servidores de qualquer tribunal de contas, bem como de qualquer unidade gestora do país que acessar a ferramenta do PNTP pode ter acesso a dados atualizados de qualquer cidade brasileira. E se isso é possível, é porque o site e o Programa são mantidos pelo Tribunal de Contas de Mato Grosso", salientou o coordenador nacional do Programa, Antonio Joaquim.

No dia 4 de dezembro, 68 unidades gestoras de Mato Grosso que atingiram os critérios estabelecidos pelo PNTP receberão os selos de qualidade classificados entre prata, ouro e diamante. A entrega será realizada na sede do Tribunal de Contas de Mato Grosso. ●



COP29: líderes debatem financiamento climático de US\$ 2,4 trilhões

Um estudo da ONU sugere investimentos de pelo menos US\$ 2,4 trilhões anuais para o novo fundo, mas países ricos alegam que não têm dinheiro

Por **Paloma Oliveto**



Fotos: AFP

A conferência está prestes a entrar na sua segunda etapa em meio a muitos debates e poucos avanços sobre as metas que envolvem dinheiro

ano até 2030, sendo dois terços do valor dedicado à transição para energia limpa, como solar e eólica, e o restante, para adaptação às mudanças climáticas, remediação de desastres e proteção da natureza.

Enquanto US\$ 1,4 trilhão sairia dos cofres dos próprios países afetados, por meio de mecanismos diversos de financiamento, o relatório destaca que as nações desenvolvidas devem injetar ao menos US\$ 1 trilhão anual, seja por investimento público ou privado. Esse valor é, pelo menos, três vezes mais do que previa o fundo criado no Acordo de Paris, com validade até o fim de 2024: US\$ 100 bilhões.

Os países desenvolvidos argumentam, porém, que não têm orçamento para tanto. A provável saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris, uma promessa de campanha do presidente eleito Donald Trump, também impactará na capacidade de atingir a meta recomendada pela ONU.

ONU

Sejam pobres ou ricos, os países devem aumentar o investimento climá-

bilidade para as nações de rendimentos mais baixos porque quem está arcando com o custo, o custo humano desses impactos extremos neste momento são as pessoas que menos contribuíram para o problema", critica Rachel Cleetus, diretora de política da União de Cientistas Preocupados.

Além da injeção direta de recursos públicos dos países desenvolvidos, circulam na COP29 várias propostas para engordar o novo fundo de financiamento. Uma delas veio do Brasil: taxar fortunas de bilionários. Também está na pauta a tributação sobre criptomoedas e plásticos, cuja produção é uma ameaça à biodiversidade global.

Os países desenvolvidos argumentam, porém, que não têm orçamento para tanto. A provável saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris, uma promessa de campanha do presidente eleito Donald Trump, também impactará na capacidade de atingir a meta recomendada pela ONU.

No cálculo de um grupo de trabalho formado por França, Quênia e Barbados na COP29, US\$ 5,2 bilhões poderiam ser arrecadados com um imposto sobre

A Organização das Nações Unidas (ONU) calcula que o fundo deve ser preenchido com US\$ 2,4 trilhões por ano até 2030, sendo dois terços do valor dedicado à transição para energia limpa, como solar e eólica, e o restante, para adaptação às mudanças climáticas, remediação de desastres e proteção da natureza

Perto de encerrar a primeira semana de trabalhos, a Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas de Baku (COP29), em Baku, no Azerbaijão, tornou-se uma batalha matemática. Enquanto os países ricos falam em bilhões, os em desenvolvimento exigem que o novo financiamento — principal pauta do encontro — chegue à casa dos trilhões. O fundo foi previsto pelo Acordo de Paris e se destina à adaptação das nações que contribuíram pouco para as emissões de gases de efeito estufa, mas sofrem as consequências dos extremos climáticos.

Um estudo divulgado por especialistas da Organização das Nações Unidas (ONU) calcula que o fundo deve ser preenchido com US\$ 2,4 trilhões por

ano até 2030, diz o documento. O valor total para a data foi calculado em US\$ 6,5 bilhões anuais. Os maiores aumentos no investimento, segundo os especialistas da ONU, são necessários nos países em desenvolvimento e nas economias emergentes, sem a China. "Essas regiões têm baixos níveis de investimento, importantes necessidades de desenvolvimento e deverão contribuir com mais de 50% para as emissões globais até 2030", especificam.

"Nesse ritmo, não conseguiremos entregar algo significativo até sábado, conforme solicitado inicialmente pela presidência da COP", alerta Fernanda de Carvalho, líder de política climática da WWF. "Enquanto as nações mais ricas se escondem atrás da política, alegando que é muito difícil satisfazer essas necessidades, estão passando a respon-

criptomoedas. Os três países acreditam que centenas de bilhões de dólares poderiam ser gerados por meio de Impostos Globais de Solidariedade sobre os setores mais poluentes para apoiar os países em desenvolvimento. "Amplios setores da economia poluem o planeta, mas contribuem pouco para as finanças públicas, o desenvolvimento e a mitigação da mudança climática", afirma o relatório da equipe.

Citada pela agência France-Presse, a primeira-ministra de Barbados, Mia Mottley, disse que chegou o momento de "considerar as taxas". "Entre transporte marítimo, companhias aéreas e combustíveis fósseis, estamos confortavelmente na faixa de cerca de US\$ 350 bilhões por ano, e isso aumentará substancialmente o dinheiro público", defendeu. Outra proposta do grupo de trabalho é a tribu-



Para reduzir, até 2035, o nível de emissões em 81%, com base em 1990, um dos compromissos assumidos é a proibição de novas minas de carvão

tação especial sobre combustível para jatos particulares, viajantes frequentes, lucros inesperados de combustíveis fósseis, transporte, ações, títulos e derivativos.

METAS DO REINO UNIDO SÃO CELEBRADAS

Cientistas e especialistas comemoraram o nível de ambição dos compromissos determinados nacionalmente (NDCs) do Reino Unido, anunciados pelo primeiro-ministro, Keir Starmer. Para reduzir, até 2035, o nível de emissões em 81%, com base em 1990, um dos compromissos assumidos é a proibição de novas minas de carvão.

"Essa NDC é exatamente o que o mundo precisa neste momento, para ajudar a mobilizar a ação climática", avalia Caterina Brandmayr, diretora de política do Instituto Grantham, no

Imperial College de Londres. "Com a expectativa de que 2024 seja o mais quente já registrado e com desastres climáticos como as inundações espanholas e outras condições meteorológicas extremas que atingem todas as partes do mundo com apenas 1,3°C de aquecimento, a realidade das alterações climáticas não poderia ser mais dura."

SINAL

Segundo Brandmayr, o Reino Unido enviou um "sinal forte" à comunidade internacional a apresentar metas mais ambiciosas. Ela ressalta, porém, que o governo deverá esmiuçar as medidas para a transição dos combustíveis fósseis para energia limpa. "A desativação da última central elétrica a carvão do Reino Unido foi um marco notável, mas o governo precisa agora de definir medidas claras para abandonar rapidamente

a produção e o consumo de todos os combustíveis fósseis e apoiar uma transição justa para os trabalhadores e as comunidades."

Mark Maslin, professor de climatologia da Universidade College London, no Reino Unido, acredita que os anúncios de Keir Starmer se contrapõem à notícia da segunda presidência de Donald Trump que, segundo ele, ofuscou o início da COP29. "Os anúncios de Starmer são oportunos e mostram que o Reino Unido está de volta à liderança mundial na ação climática", diz. (PO)

DEBANDADA ARGENTINA

O presidente argentino, Javier Milei, cético em relação ao aquecimento global, retirou a delegação do seu país da COP29, como parte da estratégia promovida pelo novo ministro das Relações Exteriores, Gerardo Werthein. A saída abrupta da delegação técnica argentina "permite ao novo chanceler reavaliar a situação, refletir sobre a posição e, neste caso, faz parte das medidas que o chanceler começa a tomar em sua nova função", disse ontem o porta-voz presidencial, Manuel Adorni. ●



Você sabe como funciona o
CONTROLE DE ACESSO?

PEC 6x1: Cresce a pressão pela aprovação da proposta no Congresso

O tema repercutiu em toda a Esplanada e nas redes sociais

Por **Lucas Podeus León**

O movimento Vida Além do Trabalho (VAT) agitou as redes sociais e a imprensa nos últimos dias com a proposta de fim da escala de 6 dias de trabalho por 1 dia de folga, a chamada escala 6x1. O tema está entre os mais comentados da plataforma X.

Com a pressão social, cresceu, no intervalo de uma semana, de 60 para 134 o total de deputados que assinaram a proposta de emenda à Constituição (PEC) que estabelece a jornada de trabalho de, no máximo, 36 horas semanais e 4 dias de trabalho por semana no Brasil, acabando com a escalada de 6 por 1.

São necessárias 171 assinaturas para a PEC começar a tramitar na Câmara. E para ser aprovada, precisa do voto de 308 dos 513 parlamentares, em dois turnos de votação.

De autoria da deputada Erika Hilton (PSOL-SP), a proposta foi apresentada em 1º de maio deste ano inspirada no movimento VAT que, por meio de uma petição online, já recolheu mais de 2,3 milhões de assinaturas na internet a favor do fim da escala 6 por 1.

“[A jornada 6x1] tira do trabalhador o direito de passar tempo com sua família, de cuidar de si, de se divertir, de procurar outro emprego ou até mesmo se qualificar para um emprego melhor. A escala 6x1 é uma prisão, e é incompatível com a dignidade do trabalhador”, argumentou Erika Hilton em uma rede social.

“A carga horária abusiva imposta por essa escala de trabalho afeta negativamente a qualidade de vida dos empregados, comprometendo sua saúde, bem-estar e relações familiares”, alerta a petição online.

OUTRAS PROPOSTAS

Ao menos outras duas PEC tratam da redução de jornada no Congresso Nacional, mas não acabam com a jornada 6 por 1, que é a principal demanda do VAT.

Apresentada em 2019 pelo deputado Reginaldo Lopes (PT/MG), a PEC 221/2019 propõe uma redução, em um prazo de dez anos, de 44 horas semanais por 36 horas semanais de trabalho sem redução de salário.

A PEC aguarda a designação do relator na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ). Se a PEC da

Emenda já recebeu 134 apoios para começar a tramitação



deputada Erika Hilton atingir as 171 assinaturas, ela deve ser apensada à proposta do deputado Reginaldo Lopes.

A PEC 221 inclui um novo dispositivo no artigo 7º da Constituição definindo que o trabalho normal não deve ser “superior a oito horas diárias e trinta e seis semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho”.

Apesar de a proposta não vetar a escala 6x1, o parlamentar tem defendido uma jornada de até 5 por 2.

“[Domingo] é o dia sagrado que o trabalhador tem livre da labuta. Mas é muito pouco. Já passou da hora de o país adotar uma redução da jornada de trabalho de 44 para 36 horas e esse deve ser o centro de um governo popular. O Brasil tem que adotar um modelo de 4x3 ou 5x2, sem redução de salário”, defende o parlamentar.

Outra proposta que reduz a jornada de trabalho em tramitação no Congresso Nacional é a PEC 148, de 2015, de autoria do senador Paulo Paim (PT/RS). A PEC define uma redução de 44 horas para 40 horas semanais no primeiro ano. Em seguida, a jornada seria reduzida uma hora por ano até chegar às 36 horas semanais.

Em uma rede social, Paim comemora que o tema tenha voltado ao debate. “É muito bom ver que novos parlamentares, como a deputada federal Erika Hilton, estão sintonizados com as demandas históricas dos trabalhadores. Uma luta antiga. Espero que a Câmara dos Deputados vote

essa proposta e que o Senado também vote iniciativas com a mesma temática”, destacou o senador.

SINDICATOS

A redução da jornada de trabalho no Brasil é uma demanda histórica de centrais sindicais. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) sempre pautou a redução da jornada de 44 horas para 40 horas semanais.

“Durante décadas, trabalhadores e entidades sindicais têm reivindicado a redução de jornadas extenuantes e o fim de escalas que desconsideram a saúde e o direito ao descanso dos trabalhadores”, defende a Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), em nota apoiando o fim da jornada 6x1.

MINISTRO

O ministro do Trabalho e Emprego (MTE), Luiz Marinho, por sua vez, defendeu que a jornada de trabalho 6x1 deve ser tratada em convenções e acordos coletivos de trabalho, quando patrão e trabalhadores negociam as regras do contrato firmado entre as partes.

“A pasta considera, contudo, que a redução da jornada para 40 horas semanais é plenamente possível e saudável, quando resulte de decisão coletiva. O MTE tem acompanhado de perto o debate e entende que esse é um tema que exige o envolvimento de todos os setores em uma discussão aprofundada e detalhada, considerando as necessidades específicas de cada área”, disse Marinho em uma rede social. ●

“A carga horária abusiva imposta por essa escala de trabalho afeta negativamente a qualidade de vida dos empregados, comprometendo sua saúde, bem-estar e relações familiares”, alerta a petição online

STF proíbe propaganda de “apostas” para crianças

Liminar expedida pelo ministro Luiz Fux que estabelece a classificação entrará em vigor a partir de janeiro de 2025

Por **Humberto Azevedo**

O Supremo Tribunal Federal (STF), por meio de uma decisão liminar do ministro Luiz Fux, determinou a suspensão, em todo o território nacional, de qualquer publicidade e propaganda de jogos de apostas online de cota fixa – conhecido popularmente como “apostas” para crianças e adolescentes. Na decisão, Fux distribuiu ainda que sejam tomadas medidas pelo governo federal com a finalidade de restringir o uso de recursos de programas assistenciais nestas casas de apostas virtuais.

A decisão do ministro Fux foi tomada dentro das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) 7721 e 7723, propostas pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e pelo

partido Solidariedade, respectivamente.

A decisão liminar (provisória e urgente) determina que o governo federal cumpra imediatamente as medidas de fiscalização e controle, externas para crianças e adolescentes, previstas na Portaria 1.231 de 2024 do Ministério da Fazenda, que regulamenta a Lei 14.790 de 2023, que regulamentou como atividades das “apostas”.

Uma liminar também determina que o Ministério da Fazenda, a quem cabe a regulação e controle do assunto, implemente medidas imediatas que impeçam o uso de recursos provenientes de programas sociais e assistenciais, como o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e congêneres nas apostas virtuais.

Fux destacou as evidências sobre os efeitos contraditórios da publicidade de apostas na saúde mental sobre os jovens e no orçamento das famílias, debatidas na audiência pública realizada na última semana. Para o ministro, o perigo da demora para uma decisão decidida uma sentença em caráter urgente com objetivo de evitar “de imediato, sob pena de inaplicação de normas já editadas, até janeiro de 2025, agravar o já quadro crítico atual”.

REPOSTA DO GOVERNO

Assim que foi informado a decisão do ministro Fux, o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), Wellington Dias – senador licenciado pelo PT do Piauí, comentou que a sua pasta por orientação



Wellington Dias, falando pelo governo federal, comenta a decisão do ministro Fux do STF que proibiu a partir de 2025 a veiculação de propaganda para o público infanto-juvenil de casas de apostas esportivas e o uso de recursos de programas sociais para essas apostas

do presidente Luiz Inácio Lula da Silva já vinha “colocando restrições e proibições” para proibir o uso do cartão do Bolsa Família para ser usado na jogatina promovida nas plataformas cibernéticas em dispositivos eletrônicos como celulares, tablets e notebooks.

“A decisão do ministro Luiz Fux, do Supremo, em relação aos jogos, colocando restrições, proibições,

combinada com a posição já tomada pelo presidente Lula, a partir de uma agenda [que] já [determinou] a suspensão do uso de cartões, por exemplo, garanta que não sejam utilizados para apostas”, falou o ministro Wellington Dias.

“Também ali [a decisão do ministro Fux] a proteção do povo brasileiro, principalmente crianças, adolescentes, levando em conta o próprio

estatuto da criança, do adolescente, em relação à propaganda, à publicidade. Veja que aqui também queremos dar um tratamento semelhante ao que foi dado em relação ao cigarro”, complementou o ministro do Desenvolvimento Social.

“Qual era o problema que agora a decisão do Supremo resolveu? É que a lei aprovada no Congresso colocava um prazo de seis meses para entrar em vigor. Isso aí entra em vigor em 2025. E agora, com a decisão, nós temos condições de antecipar e adotar disposições imediatas”, finalizou o ministro da Família e do Combate à Fome. ●

A decisão liminar (provisória e urgente) determina que o governo federal cumpra imediatamente as medidas de fiscalização e controle, externas para crianças e adolescentes, previstas na Portaria 1.231 de 2024 do Ministério da Fazenda, que regulamenta a Lei 14.790 de 2023, que regulamentou como atividades das “apostas”

Após cinco anos, Brasil recupera certificado de eliminação do sarampo

O último registro aconteceu em junho de 2022, no Amapá

Por **Paula Laboissière**

Cinco anos após perder o certificado de eliminação do sarampo, em 2019, o Brasil voltou a receber da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) o status de país livre da doença. O último registro de sarampo no Brasil, de acordo com o Ministério da Saúde, aconteceu em junho de 2022, no Amapá.

Durante cerimônia em Brasília no dia 12 de novembro, o diretor da Opas, Jarbas Barbosa, avaliou que, quando se consegue reunir capacidade técnica e liderança política comprometida com a causa, “as coisas acontecem”. “Ver um presidente liderando uma retomada do programa de imunização, usando broche do Zé Gotinha, sendo vacinado e dizendo às pessoas que se vacinem faz uma diferença tremenda”.

Antes do evento, Jarbas Barbosa se encontrou com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto, e entregou o certificado pessoalmente a Lula. “Esse diploma é resultado da força da retomada e da competência do sistema de vacinação

brasileiro”, destacou o presidente em comunicado.

“É muito importante que se reconheça isso, até para que sirva de exemplo a outros chefes de Estado da região para terem o mesmo compromisso e darem o impulso que os programas de imunização precisam”, disse diretor da Opas.

Em seu discurso, Jarbas lembrou que as Américas figuram, atualmente, como a região do mundo que mais recuperou a cobertura vacinal após a pandemia de covid-19. “Isso é importante porque a pandemia foi um golpe. A gente estima que 23% ou 24% das crianças deixaram de se vacinar durante a pandemia”.

“Mas a verdade é que, nas Américas, por vários fatores, desde 2015, as coberturas vacinais já vinham num processo de declínio – lento, mas extremamente preocupante. Então, o fato de ter não só recuperado [coberturas vacinais], mas ter sido a região que recuperou com mais força nos dá um alento muito grande. Em breve, estaremos com os 95% [de cobertura vacinal] que a gente precisa.”

“Não nos esqueçamos de que o

sarampo continua a existir no mundo – na Europa, na Ásia, na África, em todos os outros continentes. Teremos casos importados de sarampo. O preocupante é quando não tivermos esses casos – provavelmente porque a vigilância não teve capacidade de detectar. Precisamos manter o binômio vacinação elevada e homogênea e vigilância sensível.”

Ao receber o certificado, a ministra da Saúde, Nísia Trindade, classificou o status de país livre do sarampo como uma conquista importante. “Uma conquista que vem do compromisso da capacidade técnica, sem dúvida, mas essa capacidade está no nosso país. Ela precisava ser mobilizada junto com a sociedade, com a excelente cooperação com a Opas”.

“É um movimento que se traduz em um movimento nacional, de gestores, da comunidade científica, da comunidade de vigilância, do Parlamento”, disse. “É uma conquista, mas não podemos descansar. A luta continua”, completou.

Para o presidente da Câmara Técnica Nacional de Especialistas, Renato Kfoury, a recertificação brasileira é





Ricardo Stuckert/PR

“Esse diploma é resultado da força da retomada e da competência do sistema de vacinação brasileiro”, destacou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva

resultado da retomada dos investimentos em vacinação e na vigilância epidemiológica. “Tive a oportunidade de presidir essa câmara técnica e vi um trabalho sendo feito neste Brasil afora com propósito e compromisso – duas palavras que têm todo significado nesse dia de hoje”.

ANÁLISE

Em nota, a presidente da Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIIm), Mônica Levi, comemorou a recertificação, mas alertou que a manutenção do status depende de mobilização constante, já que o vírus continua a circular. Dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) indicam que, em 2023, mais de 320 mil casos foram confirmados em todo o planeta.

“Perder o certificado, algo que o histórico recente mostra não ser

impossível, seria um grande retrocesso. Estamos no caminho certo, mas precisamos estar atentos e redobrar os nossos esforços, até porque o sarampo não é a única doença com a qual devemos nos preocupar”, disse. “Evoluímos bastante, mas boa parte das vacinas, a exemplo da que previne a pólio, permanece com a cobertura aquém do desejado.”

LINHA DO TEMPO

Após o registro dos últimos casos de sarampo no ano de 2015, o Brasil recebeu, em 2016, a certificação da eliminação do vírus. Nos anos de 2016 e 2017, não foram confirmados casos da doença no país. Em 2018, entretanto, com o grande fluxo migratório associado às baixas coberturas vacinais, o vírus voltou a circular e, em 2019, após um ano de franca circu-

lação do sarampo por mais de 12 meses, o Brasil perdeu o status.

Dados do ministério indica que, entre 2018 a 2022, foram confirmados 9.329, 21.704, 8.035, 670 e 41 casos de sarampo, respectivamente. Em 2022, os estados que confirmaram casos foram: Rio de Janeiro, Pará, São Paulo e Amapá, sendo que o último caso confirmado foi registrado no Amapá, com data de início do exantema (erupções cutâneas) em 05 de junho.

Em 2024, o Brasil chegou a registrar dois casos confirmados, mas importados, sendo um em janeiro, no Rio Grande do Sul, proveniente do Paquistão; e um em agosto, em Minas Gerais, proveniente da Inglaterra.

SARAMPO

A pasta define o sarampo como uma doença viral altamente contagiosa que afeta principalmente crianças e pode causar complicações graves, como diarreias intensas, cegueira, pneumonia e encefalite (inflamação do cérebro). “A maneira mais efetiva de evitar o sarampo é por meio da vacinação”, ressaltou o ministério. ●



Cresce o número de mulheres nos conselhos de Administração no Brasil

Entre as 100 principais empresas de capital aberto do país, 16 têm ao menos 30% de participação feminina no board, enquanto 8 ainda não possuem nenhuma mulher

Por **Fernanda de Almeida**

Apenas 16% das empresas do IBRX100, índice das 100 ações mais negociadas na B3, têm 30% ou mais de mulheres nos seus conselhos de administração. Um levantamento realizado pela PwC Brasil em parceria com o 30% Club Brazil, capítulo brasileiro de um movimento global que promove a equidade de gênero nos conselhos, indica estabilidade no número de assentos ocupados por mulheres em relação ao ano passado.

Mas houve um avanço significativo desde 2019, quando a organização passou a atuar no Brasil e as mulheres representavam 8,5% dos conselheiros

nas organizações listadas.

“O conselho precisa refletir a diversidade que existe no mercado como um todo. Isso torna a empresa mais estratégica e com resultados financeiros mais inovadores”, afirma Anna Maria Guimarães, presidente do 30% Club Brazil.

O levantamento é baseado em dados coletados pela PwC diretamente dos sites das instituições na seção de RI (Relações com Investidores) e validado por meio das atas das Assembleias Gerais Ordinárias, explica Maria José Cury, sócia da PwC Brasil e uma das responsáveis pela metodologia.

A análise mostra que 16 companhias atingiram ou superaram a marca de

30% de mulheres em seus colegiados. São elas: Auren, B3, Banco do Brasil, Caixa Seguridade, Carrefour Brasil, Cogna, Hypera, Lojas Renner, Magazine Luiza, Raízen, Rumo, Santander Brasil, Vivo, TIM, Totvs e Vivara.

Este ano, quatro empresas passaram a compor o grupo: Auren, Caixa Seguridade (que entrou no IBRX100 em 2024), Lojas Renner e Raízen. Enquanto isso, segundo o levantamento, 8 companhias listadas no IBRX100 ainda não possuem nenhuma mulher em seus boards: Cemig, CVC Brasil, Eneva, Grupo Mateus, Grupo Soma (hoje Azzas 2154 após fusão com a Arezzo&Co), Movida, ISA CTEEP e Vibra.



Fotos: Divulgação

À frente do 30% Club Brazil, Anna Maria Guimarães busca atingir 30% de mulheres nos conselhos das 100 maiores companhias do mercado de capitais até 2026

Em 2023, BRF, Porto Seguro e Suzano faziam parte da lista, mas saíram neste ano. M. Dias Branco, que também contava com ao menos 30% de mulheres nos conselhos, não permanece no IBrX 100.

“Os benefícios de se ter mulheres em cargos de liderança já são conhecidos, mas, no Brasil, a mudança vem acontecendo a passos lentos”, diz Anna Maria Guimarães.

IGUALDADE DE GÊNERO NOS CONSELHOS

Entre as empresas analisadas, o Banco do Brasil é a única com 50% ou mais de mulheres em seu conselho. No ano passado, Magazine Luiza e Vivara também apresentavam igualdade de gênero nos seus boards. “Desde que a presidenta Tarciana Medeiros chegou, temos intencionalidade em colocar mulheres e negros em posições de liderança”, disse Kelly Quirino, representante dos funcionários no conselho de administração do BB, ao receber o prêmio pelo banco em evento nesta quarta-feira (31), na sede da PwC, em São Paulo.

Além disso, Caixa Seguridade, Magazine Luiza, Santander, TIM, Totvs e Vivara também se destacam, com 40% ou mais de conselheiras. “Já houve um tempo em que eu era a única mulher,

hoje somos três (42% do conselho)”, disse Ilana Trombka, conselheira da Caixa Seguridade e diretora-geral do Senado Federal, que também enfatizou a importância do projeto de lei em tramitação que prevê a reserva mínima de 30% das cadeiras nos conselhos para mulheres.

Outras 17 companhias estão avançando em relação ao tema e hoje têm mais de 25% de mulheres em seus boards: Ambev, Arezzo, Assaí, Azul, Cielo, CPFL Energia, CSN Mineração, Direcional, Itaúsa, Klabin, Localiza, MRV, Multiplan, Petz, Porto Seguro, Sabesp e Santos BRP.

MULHERES NOS CONSELHOS AJUDAM AS EMPRESAS

Enquanto a representatividade feminina avança a passos lentos, as mulheres provam que merecem o espaço. Nos conselhos de administração, elas ajudam a criar um ambiente que propicia melhores decisões e, também, maior valor para os acionistas. “Conversando com um conselheiro, ouvi que, com mulheres no conselho, o clima muda, fica mais saudável. Mas, quando o assunto é resultado, isso também é importante”, diz a presidente do 30% Club Brazil, citando estudo da consultoria McKinsey que mostra que empresas com mulheres na liderança lucram, em

média, 21% a mais e têm resultados operacionais 48% maiores em comparação com a média.

“Quando falamos de crescimento da empresa, inovação e tecnologia, falamos de pluralidade”, disse Vânia Neves, diretora global de tecnologia da Vale e conselheira do Carrefour, ao receber o prêmio pela varejista. “As empresas precisam olhar para os seus conselhos e fazer o teste do pescoço para ver se encontram diversidade.”

Outra pesquisa, conduzida pelas professoras Margarethe Wiersema, da Universidade da Califórnia, e Louise Mors, da Copenhagen Business School, que entrevistaram diretores e diretoras que, juntos, atuaram em mais de 200 empresas de capital aberto nas principais bolsas de valores dos EUA e da Europa, mostra como a presença feminina tem impacto relevante nos boards.

As conselheiras chegam às reuniões altamente preparadas, se mostram dispostas a reconhecer quando não sabem algo, fazem perguntas relevantes e abrem discussões que acabam moldando as decisões. “Em um país como o Brasil, com economia dinâmica e mercado de capitais em evolução, a equidade de gênero nos conselhos é uma estratégia inteligente para impulsionar o crescimento e a sustentabilidade das empresas.”

A meta do 30% Club Brazil é chegar a 30% de mulheres nos conselhos das 100 maiores companhias do mercado de capitais até 2026. Anna Maria Guimarães explica o motivo do número: “Existem estudos internacionais que mostram que se você tem 30% de um grupo, você consegue influenciar os outros 70%.”

Para ela, o desafio agora é conectar mulheres conselheiras com as oportunidades no mercado. “Os decisores e charmen das empresas brasileiras dizem que não trazem mulheres porque conhecem poucas que atuam nessas funções. O 30% Club existe exatamente para isso.”

Anna é otimista, apesar do retrocesso da pauta de diversidade e inclusão no mercado corporativo no último ano. “Precisamos entender como as decisões estratégicas recentes das três companhias com maior valor de mercado em 2024 (Microsoft, Apple e Nvidia) estão reverberando e nos trarão tendências importantes”, diz. “Em vez de focar separadamente em ações de diversidade, elas decidiram incluir a pauta nos seus processos como um todo, como por exemplo a IA.”

RDM
REDE DE MÍDIAS

28
anos

BRASÍLIA | RIO DE JANEIRO | SÃO PAULO | CUIABÁ



Grupo RDM (Rede de Mídias Brasil), há 28 anos ininterruptos, é o maior sucesso editorial do Centro-Oeste brasileiro. Neste ano de 2024, assumimos a posição de um grupo nacional de comunicação social, com escritórios editoriais no eixo Brasília-Rio-São Paulo, e daqui, para o mundo via internet. GRUPO RDM Brasil, orgulho de ser desta terra!

BRASÍLIA-DF

📍 SHS Quadra 06 - Bloco F - Sobre Loja, Complexo Brasil 21
☎ Tel.: (61) 2193.1409 - 98160-3377 - CEP 70.316-102
@ midia@revistardm.com.br

RIO DE JANEIRO-RJ

📍 Rua Visconde de Pirajá, 495 - Ipanema
☎ Tel.: (61) 98160-3377 - CEP 22.401-003
@ midia@revistardm.com.br

SÃO PAULO-SP

📍 Alameda Santos, 1817 Cj 112 - Cerqueira Cesar
☎ Tel.: (61) 98160-3377 - CEP 01.419-909
@ midia@revistardm.com.br

CUIABÁ-MT

📍 Rua Hermenegildo Correia Galvão, 147 - Bairro Santa Rosa
☎ Tel.: (65) 3623-1170 9682-1470 - CEP 78.040-240
@ midia@revistardm.com.br